

# "ESCOLA E EDUCAÇÃO PARA TODOS"

3

\* prof. fernando c. prestes motta

A publicidade governamental insiste no lema "educação para todos". Evidentemente, este é o ideal de qualquer sociedade minimamente comprometida com os ideais da democracia e da justiça social. Contudo, sabemos muito bem que numa sociedade de classes, só podemos ter uma escola de classes, que numa sociedade discriminatória, somente podemos ter uma escola discriminatória e ainda, que numa sociedade em crise, somente podemos ter uma escola em crise, como bem salientou Perche.

Historicamente, a educação tem sido sempre um reflexo dos interesses e das aspirações das classes sociais em luta, já que está intrinsecamente ligada a estrutura econômica dessas classes. Escola e sociedade mantêm uma relação dialética. A transformação de uma só se pode dar com a transformação da outra. São as mudanças sociais em nível de sociedade global e em nível dos diversos espaços sociais, entre os quais a escola, que possuem poder de transformação. Dessa forma, a luta contra a desigualdade escolar é inseparável da luta contra a desigualdade social. Assim, a luta pela transformação profunda da escola é a luta pela transformação profunda da sociedade.

Engels já afirmava que a burguesia tinha muito pouco a esperar e muito a temer da formação intelectual dos trabalhadores. O mesmo se pode dizer dos tecnoburocratas que derivam o seu poder do monopólio da competência escassa, do conhecimento técnico e político instrumental. Decorre disso que não se pode esperar grande ajuda dos sistemas políticos estabelecidos. Ao contrário, é preciso ter mente que o que colocarão serão dificuldades, barreiras e obstáculos à transformação da escola e da sociedade. A esperança fica assim no desenvolvimento das contradições que levam o sistema a precisar de mão-de-obra qualificada e a temê-la.

Como coloca Paulo Freire, até hoje, a classe dominante jamais cometeu suicídio. Não se pode portanto esperar do Estado e das empresas uma política educacional promotora da igualdade. Entretanto, enquanto organização complexa, não há dúvida, como bem coloca Snyders, que há na escola uma margem de iniciativa. O que é ilusório é atribuir a esse mecanismo institucional um poder de criação e transformação social de uma dimensão que

escapa a seus limites. Não é a escola que cria a distribuição diferenciada dos agentes entre os lugares da produção. Ela entretanto contribui, num sistema econômico marcado pelo antagonismo, para essa diferenciação. Não se pode portanto pensar na transformação verdadeira da escola a não ser como um processo que caminha paralelamente à transformação nas relações de produção.

Entretanto, a análise da escola enquanto organização complexa, e sua articulação com a produção e dominação só ganha sentido quando de análise crítica converte-se em praxis, escapando dessa forma à utopia. Evidentemente, não existem receitas para essa praxis. Em função de problemas e possibilidades particulares, cada professor, cada sala de aula e cada coletividade devem contribuir com seu esforço na função transformadora.

Trata-se de um esforço coletivo que pode transformar a escola reprodutora da desigualdade em escola promotora de um processo enriquecedor e facilitador do desenvolvimento pessoal e social. Só esse esforço possibilitará alguma compensação

para as desigualdades relacionadas a capitais culturais diferenciais vinculados a desigualdades sociais anteriores à escolarização. Só esse esforço poderá vincular a escolarização à vida e as situações vitais como a família, o bairro e a cidade. Só esse esforço fará com que a escola sirva à integração social e à cooperação dos indivíduos no quadro do respeito às diferenças.

Já que não se pode esperar que a escola deixe de reproduzir o sistema social, pelo menos que se procure fazer com que também ajude a transformá-lo ( )

( ) Vide Jesús Palcios, La Cuestión Escolar: Críticas y Alternativas. Barcelona, Editorial LAIA, 1981.



\* Fernando C. Prestes Motta é professor do Depto de Administração Geral (ADM) da Fundação Getúlio Vargas/EAESP.